

A HISTÓRIA POLÍTICA DA ESQUERDA BAIANA: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Muniz Ferreira*

RESUMO

O artigo se propõe a efetuar uma resenha da produção acadêmica dedicada ao estudo dos partidos e organizações políticas da esquerda baiana bem como dos movimentos sociais influenciados por eles ao longo da história. Inicia-se com um pequeno conjunto de considerações metodológicas acerca das definições, pressupostos teórico-conceituais e desafios associados ao desenvolvimento desta vertente da produção historiográfica baiana.

PALAVRAS-CHAVE: *Esquerda. Historiografia. Movimentos Sociais. Partidos Políticos.*

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O estudo da trajetória das esquerdas, temática associada ao desenvolvimento dos processos de organização, mobilização e representação de determinadas classes, estratos e setores sociais *vis a vis* ao Estado, integra o campo mais abrangente da chamada História Política. Sua localização, contudo, no âmbito deste campo de estudos, apresenta-se de forma peculiar, pois, no

* Professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal a Bahia. Doutor em História Econômica pela USP. E-mail: munfer@terra.com.br.

curso de sua existência histórica, a(s) esquerda(s) caracterizou(aram) a sua atividade pela pretensão de repercutir na política as aspirações e demandas das maiorias, imprimindo ao ordenamento político-estatal a hegemonia do enfoque social em detrimento dos arranjos orientados em função das necessidades do capital e das classes dirigentes. A delimitação, portanto, do foco investigativo acerca dos fenômenos históricos que configuram o percurso da esquerda requer a consideração de dois aspectos essenciais à sua adequada apreensão: a) em primeiro lugar, a necessidade de se ter em conta a concreção de tais fenômenos sobre o pano de fundo da contextualização socioeconômica e cultural que incide diretamente nas formas políticas, estilo de atuação, definições programáticas e enraizamento social dos atores políticos situados no campo da esquerda; b) a crucial interação dos movimentos, tendências e agremiações da esquerda com sua base social por excelência, ou seja, as forças dinâmicas da sociedade civil nucleadas pelo mundo do trabalho, no sentido mais amplo, e pela classe operária, em sentido mais estrito.

Isto significa que, na compreensão aqui proposta, a investigação sobre a história das esquerdas não pode ser dissociada do estudo das condições sociais, da dinâmica econômica e do imaginário político imperantes nas sociedades na qual intervieram os personagens individuais ou coletivos que vertebraram esta história. Isto se dá porque, diferentemente do que ocorre com os fenômenos políticos de diferente extração, ou seja, com os atores políticos comprometidos prioritariamente com a representação dos interesses das classes econômica e socialmente privilegiadas – ou, em termos liminares, o centro político e a direita –, não se trata aqui apenas de estudar a atuação política, a produção de idéias e a formação de uma opinião que pode, de forma geral, dispensar a mobilização das classes e estratos subalternos de maneira a alterar e mesmo inverter a dinâmica do processo histórico-político e o sentido das decisões a serem tomadas. Com efeito, nada seria mais idealista, do ponto de vista teórico-filosófico, do que uma história da esquerda que, ao concentrar a atenção sobre a atividade deste ou daquele partido, organização ou tendência, ou mesmo sobre uma dada personalidade individual, fizesse abstração das condições materiais delimitadoras da sua ação, a saber, a correspondência maior ou menor entre as condições econômicas e sociais existentes e a sua compreensão pela ou pelas esquerdas, a correlação de forças entre os atores da esquerda e seus adversários políticos e as compatibilidades

e incompatibilidades eventualmente vigentes entre o programa ou as propostas políticas destes atores e a cultura política geral das massas às quais as proposições da esquerda foram oferecidas.

Destarte, uma investigação histórica que pretenda analisar o êxito ou o fracasso de uma formação política na implementação de seus objetivos, considerando apenas a materialização ou não de seu programa; o êxito maior ou menor de seu intento de ascensão ao centro do aparelho do Estado; ou, ainda, a sua capacidade ou incapacidade de, uma vez no governo, realizar as intenções antes manifestadas, adotará uma perspectiva inadequada. Isto se deve a que, tal abordagem, de inspiração liberal, pode se mostrar apropriada para o estudo dos atores políticos que, descomprometidos de projetos de construção de novas hegemônias, formação e ereção de novos blocos históricos e alteração substantiva na composição e nas funções do Estado, limitam suas pretensões investigativas ao estudo dos processos de preservação, atualização e aperfeiçoamento das estruturas políticas estatais e representativas pré-existentes, dispensando assim qualquer prospecção mais incisiva sobre o *status quo* econômico e social, ou sobre o imaginário político das sociedades em questão. Isto pode ocorrer também em estudos que, embora inspirados em elaborações teórico-metodológicas produzidas no interior da filosofia da práxis, ao procurar evitar qualquer risco de contaminação pelo determinismo econômico no estudo dos fenômenos histórico-políticos, acabam por se expor à possibilidade de praticar uma focalização excessiva na performance do(s) sujeito(s) da ação política, hipertrofiando assim a importância dos fatores subjetivos como a determinação e a vontade, terminando por reproduzir, muitas vezes sem se aperceberem, elementos de uma leitura voluntarista da política. Tais abordagens *politicistas*, muitas vezes preponderantes em certos estudos empreendidos no âmbito da Ciência Política, distinguem-se por suas aproximações da política enquanto fenômeno estrutural, marcado pela continuidade, sendo pouco adequadas aos enfoques historiográficos que pretendem compreender a política enquanto processo, capaz de experimentar rupturas e transformações essenciais.

Com base nestas premissas, a história da(s) esquerda(s) emerge como observação de um amplo repertório de objetos referidos: a) tanto ao estudo dos partidos e formações políticas, quanto aos efeitos políticos resultantes da ação das classes, estratos e grupos sociais cuja representação é reivindicada

por aqueles; b) à investigação acerca do papel desempenhado pela ação concreta, bem como pelas propostas dos agrupamentos “progressistas” nos processos de modernização econômica e social em sua disputa pela hegemonia com os projetos oriundos de distintas matrizes políticas e sociais; c) à maneira como as formações políticas da esquerda foram percebidas por diferentes setores da sociedade civil e da sociedade política e o impacto provocado por suas ações e pela explicitação de suas propostas no imaginário social; d) aos processos internos de constituição da identidade social e política das agremiações e personalidades da esquerda, suas matrizes político-intelectuais, bem como aos momentos de integração e conflito verificados no curso de sua vigência e implementação; e) às idéias, formulações teóricas e programas que informam a atuação política ou social dos diferentes agrupamentos da esquerda; f) às personalidades, seja políticas, sociais, ou artístico-culturais, que, por sua vinculação ou proximidade orgânica com as formações políticas da esquerda, contribuíram na divulgação social das propostas destas, ou funcionaram como mediadores da interação das esquerdas com seus interlocutores na sociedade civil.

Tal variedade de enfoques contribui para que os estudos sobre a(s) esquerda(s) perpassem transversalmente diferentes perspectivas da investigação histórico-social. Se a atividade dos atores políticos coletivos e individuais tende a ser abordada primordialmente pelo viés da História Política, a formação e o desenvolvimento do movimento operário e outros movimentos sociais, com os quais a esquerda mantém afinidades eletivas, podem constituir objetos de investigação dos estudiosos da História Social. As apreciações dos pressupostos teóricos legitimadores e propulsores da atuação das forças de esquerda, bem como os debates travados em torno dos processos de elaboração e implementação de seus programas, inserem-se no campo temático da História das Idéias. A integração orgânica ou aproximação de personagens do mundo do trabalho ou da cultura, ativistas sociais ou membros das forças armadas constitui fértil matéria-prima para os estudos biográficos e exploração historiográfica das produções memorialísticas. Da mesma maneira, o enquadramento acadêmico do relacionamento entre os programas e proposições dos atores da esquerda com a cultura política hegemônica em cada momento, bem como a sua projeção sobre o imaginário dos indivíduos, classes e setores sociais, se oferece como objeto a ser explorado no âmbito dos estudos acerca das mentalidades e do imaginário social.

É, portanto, como uma temática passível de distintas abordagens e apropriações, como objeto que se esquia de qualquer monopólio investigativo, que a esquerda ou as esquerdas se apresentam ao olhar de seus pesquisadores especialistas ou eventuais.

HISTÓRIA DA ESQUERDA OU HISTÓRIA DAS ESQUERDAS?

Se a história da(s) esquerda(s) se permite ser verbalizada em diferentes gramáticas historiográficas, uma outra elucidação se impõe: devemos tratar de estudar a esquerda ou as esquerdas? A formulação desta pergunta toma como base diferentes considerações: a) uma antiga – e hoje amplamente tida como anacrônica – pretensão de certos atores da esquerda de serem reconhecidos como os detentores do monopólio de tal designação; b) a percepção de que a esquerda, não obstante sua variedade de agrupamentos, tendências e movimentos de opinião, partilha, no essencial, uma cultura política comum, um conjunto de valores éticos e políticos e aspira à representação ou à direção política dos mesmos setores sociais. Tal abordagem conflita com outra que; c) encara o campo das esquerdas como um fenômeno plural, assentado em tradições que, conquanto tenham tido uma matriz comum em longínquo passado, são, há já bastante tempo, profundamente diversificadas, divergentes e conflitantes entre si.

Quanto à primeira consideração, creio que não cabe ao historiador reproduzir ou refutar acriticamente os próprios discursos que se dispõe a estudar, de modo que qualquer autoproclamação de exclusividade ou centralidade na constituição do campo político da esquerda por parte de um agrupamento deve ser submetida a uma avaliação o mais autônoma e objetiva possível. As duas considerações subseqüentes podem ser igualmente validadas em tese, cabendo ao estudo do processo histórico concreto da formação, desenvolvimento, subdivisão e inter-relacionamento das diferentes formações da esquerda a sua confirmação ou refutação de fato. No caso específico da Bahia, existem elementos válidos em defesa da suposição de que, do ponto de vista político-partidário, consagrado na literatura clássica sobre os partidos, o PCB foi, por um bom tempo – situado entre o declínio da influência político-social e a dispersão orgânica dos grupos anarquistas e socialistas no final da década de 1920 –, a única esquerda política organizada e atuante neste estado,

até o advento de outras formações partidárias como a Ação Popular, a Política Operária e o PC do B, as quais lhe retirariam o monopólio e disputariam a preeminência político-social a partir do início dos anos 60 do século XX.¹ O que torna aceitável, a meu ver, falarmos, do ponto de vista da História Política, da existência de uma esquerda baiana até os primeiros anos 1960 e de uma história das esquerdas baianas a partir de então, sem incorrer em qualquer subjetivismo axiológico, desde que se reserve espaço para a admissão da existência de idéias e personalidades de esquerda de filiação distinta do PCB ao longo deste período. Seria, portanto, a história da esquerda baiana, sucessivamente singular e plural.

OBJETIVIDADE E MILITÂNCIA NO ESTUDO DAS ESQUERDAS

Enquanto temática particular da reflexão historiográfica, os estudos sobre as esquerdas mantêm uma proximidade incontornável com a processualidade política. Esta proximidade se manifesta tanto na atração que o estudo da temática exerce sobre os militantes e ex-militantes da própria esquerda, em suas vivências como pesquisadores da academia, quanto nas motivações que as sucessivas conjunturas políticas impõem mesmo aos estudiosos desvinculados de qualquer experiência prática como ativistas políticos. A primeira situação sugere o levantamento de vários questionamentos referentes à possível neutralidade, em termos mais abstratos, ou objetividade, em termos mais concretos, das análises empreendidas por estudiosos comprometidos organicamente com as formações políticas da esquerda, ou que tenham sido, anteriormente, integrantes dessas organizações. A radicalidade da entrega tradicionalmente exigida pelas agremiações de esquerda aos seus militantes – que em alguns casos tem acarretado o controle de tais agrupamentos sobre a produção intelectual de seus membros – e o envolvimento passional do historiador militante com seu objeto de estudos podem ser (e freqüentemente têm sido) invocados como obstáculos ao exercício da atividade investigativa em condições compatíveis com as exigências

¹ Formulo tal suposição sem descurar do fato de que investigações ulteriores sobre a presença ativa, na Bahia, de formações político-partidárias como o PSB, ou as trotskistas PSR (Partido Socialista Revolucionário) e PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), antes de 1964, venham a exigir uma retificação deste entendimento. Ademais, não excluo também de minha tipificação o PTB, partido complexo e plural, que desempenhou no cenário político brasileiro dos anos 1946-1964 o papel de uma força de centro-esquerda.

habituais da atividade acadêmica. Ênfase menor, no entanto, tem sido concedida à interferência que a subjetividade de um ex-militante, em condição de animosidade face à sua antiga corrente política, pode ter no desenvolvimento das pesquisas sobre aquela associação da qual se desvinculou. Menor ainda é a preocupação com o possível *déficit* de objetividade do olhar investigativo de um pesquisador que, não tendo sido jamais militante de esquerda, teria, pelo contrário, mantido desde sempre uma postura de distanciamento crítico ou mesmo hostilidade frente ao pensamento e às práticas desenvolvidas naquele âmbito do espectro político. Ora, não têm sido exatamente estas as situações mais comuns entre aqueles que se dedicam aos estudos sobre a esquerda? Ademais, não é sempre possível que, nas relações de qualquer pesquisador com seu objeto de estudo, intervenham fatores subjetivos como admiração e repúdio, empatia e antipatia? Não são, pelo contrário, justamente estes os sentimentos que mais comumente impulsionam os estudiosos à apropriação de seus objetos? Inversamente, quantos trabalhos acadêmicos até hoje foram realizados por pesquisadores que se sentiam indiferentes diante de seus objetos? Parece-me que nenhuma pré-condição deve interferir na apreciação dos estudos sobre a história das esquerdas, empreendidos por militantes ou ex-militantes, que não seja a demanda universal da observação do máximo de objetividade possível no curso da investigação e na apresentação de seus resultados. E quanto a este aspecto, os processos, as abordagens acadêmicas, os instrumentos analíticos produzidos no interior da historiografia e os procedimentos de avaliação em desenvolvimento têm-se mostrado crescentemente satisfatórios e nitidamente diferenciados em relação àquilo que seria sua alternativa natural fora da academia: as narrativas apologéticas e os textos de polêmica política produzidos no seio dos próprios partidos e organizações das esquerdas ou aqueles produzidos pelas forças políticas e sociais opostas.

Outro fator condicionante de boa parte dos estudos sobre a história das esquerdas é a influência que as sucessivas conjunturas políticas têm exercido sobre o desenvolvimento desta produção. Em seu remoto ponto de partida, temos o desenvolvimento dos primeiros estudos acadêmicos sobre os anarquistas e os comunistas na sociedade e na política brasileiras da Primeira República, a partir dos estudos realizados por brasilianistas norte-americanos como John Foster Dulles (1973; 1985) e Ronald Chilcote (1982) no início dos anos 70, estudos estes diretamente influenciados pelo interesse do governo e

de certas fundações norte-americanas na atividade das esquerdas latino-americanas e brasileiras em consequência do impacto provocado pela revolução cubana. No início dos anos 80, a retomada impetuosa dos movimentos grevistas, protagonizados pelo operariado brasileiro no contexto do isolamento político e enfraquecimento relativo do regime militar, estimulou toda uma fornada de estudos sobre as origens da classe operária e do movimento sindical em nosso país. Traço saliente nestes estudos é a expectativa, por parte da intelectualidade acadêmica, sobretudo paulista, de encontrar, na ontogênese daqueles fenômenos, uma autenticidade proletária original, a qual, tendo sido corrompida pelo “populismo varguista” e “deformada pelo reformismo do PCB”, pudesse agora, uma vez redescoberta, justificar e legitimar as ações autonomistas e classistas do então chamado “novo sindicalismo”. De maneira até certo ponto análoga, verifica-se, nos dias de hoje, uma retomada ostensiva do interesse pela trajetória histórico-política do PCB como parte de um esforço para encontrar, no passado da esquerda brasileira, elementos capazes de iluminar aspectos dos impasses alegadamente experimentados no atual momento pelas principais formações da esquerda brasileira, em particular o Partido dos Trabalhadores. Dado significativo a ser observado nestes estudos estimulados pela conjuntura é o fato de que eles podem sinalizar a repercussão do pensamento e das ações das esquerdas sobre a sociedade e sobre a academia. Ao assim fazê-lo não apenas podem servir de certo modo como parâmetros para a avaliação da influência social das forças de esquerda, como também podem propiciar o crescimento do interesse pelo seu estudo acadêmico por parte de pesquisadores desvinculados da própria militância política. A este respeito, a observação do caso baiano pode fornecer alguns exemplos.

OS ESTUDOS SOBRE AS ESQUERDAS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAHIA: UMA HISTÓRIA EM PROCESSO

Conforme foi afirmado, uma história das esquerdas que se pretenda efetivamente elucidativa não pode silenciar acerca da constituição e desenvolvimento histórico-social das classes, segmentos e estratos sociais, cuja representação política ou condução no processo revolucionário têm sido reivindicados pelos atores políticos da esquerda. Refiro-me, em primeiro lugar, ao operariado e demais classes e camadas subalternas. No caso particular da

Bahia, a historiografia voltada para a investigação dos processos de resistência e contestação à ordem do capital se inicia com o estudo do movimento operário.

Impactado, possivelmente, pelas greves operárias do ABCD paulista e do Estado do Rio de Janeiro, pelo advento do chamado “novo sindicalismo” e pela formação do Partido dos Trabalhadores, José Raimundo Fontes concebe e realiza, em 1982, sua dissertação de mestrado sobre as **Manifestações operárias na Bahia – o movimento grevista, 1888-1930**. Trata-se de um estudo pioneiro, enquanto trabalho acadêmico (precedido apenas por artigos publicados por Albino Rubim e por Jorge Nóvoa na revista do Centro de Estudos e Ação Social - Ceas), desenvolvido por um intelectual organicamente vinculado à esquerda brasileira (ex-militante do Partido Operário Comunista e fundador do PT) e crítico do PCB. Meritória e valiosa em sua originalidade, a dissertação de Fontes sintoniza-se com estudos sobre o movimento operário então em voga nas universidades do Sudeste. Tal vinculação acadêmica e metodológica evidencia-se na escolha do período a ser estudado, a República Velha baiana, bem como no tema das greves, entendidas como momento maior da afirmação da identidade e da autonomia da classe operária em sua luta contra o capital. Audaciosa em sua precocidade, a pesquisa de Fontes não teve a seu dispor, diferentemente dos estudos análogos realizados nas universidades fluminenses e paulistas, os acervos documentais produzidos pelo próprio movimento operário. Sem poder se beneficiar também de um recurso sistemático às fontes orais, cuja valorização, pela historiografia brasileira, só viria a se impor nos anos posteriores, teve seu repertório de fontes praticamente limitado aos jornais da grande imprensa, à documentação legislativa e às publicações da Associação Comercial. Não obstante estas limitações, cuja percepção só pôde ser acentuada com o passar dos anos, a pesquisa de Raimundo Fontes desempenhou uma função insuperável, a de trazer para a reflexão acadêmica uma dimensão do conflito social baiano até então pouco valorizada, quando não expressamente negligenciada, pela academia e pela intelectualidade do estado: a dinâmica contraditória das relações entre o mundo do trabalho e os homens do capital.

O biênio 1986-1987 foi marcado, na história brasileira, pela derrota política do regime militar e pelo aprofundamento do processo de redemocratização, iniciado anos antes com a abertura política dos anos 1979-1984. Foram também

os anos da reconquista da legalidade da mais antiga formação político-partidária da esquerda brasileira, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).² Esta sugestiva conjuntura histórica testemunhou o aparecimento, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (Ufba), de duas dissertações que tematizaram a atuação dos comunistas. O estudo de Petilda Serva Vazquez, **Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia, 1942-1947**, enfoca as vicissitudes da transição política dos anos situados entre a crise do Estado Novo e a institucionalização da ordem liberal fundada na Constituição de 1946. O fio condutor de sua análise é o embate entre os comunistas – investidos da condição de representação política por excelência do mundo do trabalho – e os setores liberal-conservadores; os primeiros esforçando-se pela ampliação dos espaços de participação política das classes subalternas, para além da tutela do Estado brasileiro; os segundos dedicados a circunscrevê-la e limitá-la. Socióloga por formação, Petilda Vázquez concentrou seu estudo nas fontes jornalísticas então disponíveis nos arquivos baianos, tendo complementado a ausência de fontes escritas produzidas pelos próprios trabalhadores com o recurso ostensivo às entrevistas com alguns personagens da história pesquisada. Desta forma, a autora antecipou dois componentes da investigação historiográfica contemporânea até então pouco valorizados no interior da própria historiografia baiana: o método da história oral e a abordagem da atuação dos comunistas pelo viés da sua inserção no tecido social. Foi possível, assim, à autora, estabelecer correlações mais ricas entre o sentido literal das formulações programáticas dos comunistas, do tipo “política de união nacional”, e a atividade prática de seus militantes nas frentes de massa (movimento sindical, comitês democrático-populares etc.), empreendendo um percurso investigativo no qual a tematização política se imbricava na densa trama da História Social.

Já a jornalista Sônia Serra, em sua dissertação intitulada **O Momento: história de um jornal militante**, defendida em 1987, desenvolveu uma meticulosa prospecção da trajetória do órgão de imprensa que foi, durante doze anos, o porta-voz oficial do Partido Comunista no Estado da Bahia. O estudo do acervo daquele periódico, que, juntamente com a revista **Seiva**, constitui o mais prolífico fundo documental sobre a vida do PCB nos arquivos baianos, concorreu decisivamente para a compreensão dos problemas

² Que de 1922 a 1962 chamava-se Partido Comunista do Brasil (PCB).

associados à liberdade de imprensa no Brasil pós-Estado Novo, bem como para o conhecimento das estratégias utilizadas pelo PCB em seu esforço de aproximação em relação às massas populares soteropolitanas em meio às condições de clandestinidade e perseguição. Constitui também uma fonte de informações importantes a respeito da visão dos comunistas acerca da sociedade baiana e da incidência da orientação política geral do partido sobre aquele que representou, naqueles anos, seu principal veículo de interlocução com a sociedade. Produzido em meio ao agravamento da “crise de identidade” experimentada por aquela agremiação comunista na segunda metade dos anos 80, o trabalho é também um registro dos impasses vividos pelo “Partidão” ante os novos desafios da construção democrática e da perda de sua condição hegemônica no campo da esquerda brasileira.

A atuação política dos comunistas em duas diferentes conjunturas de transição (o PCB nos anos 40 e o PC do B nos anos 80) foi o objeto de estudo de Maria Victória Espiñeira González em sua dissertação de mestrado, **O Partido, a Igreja, o Estado nas associações de bairros de Salvador**, defendida em 1991. Trata-se de um estudo valioso para a história das esquerdas por variadas razões: a) é a primeira análise sistemática da atuação dos comunistas junto aos movimentos associativos urbanos, como as associações de moradores, tema já abordado introdutoriamente por Petilda Vázquez, sem, porém, o detalhamento deste trabalho de Espiñeira; b) oferece elementos para uma análise comparativa da atuação do PCB e do PC do B junto às classes populares da cidade de Salvador em duas épocas históricas diferenciadas; c) aborda pioneiramente a articulação dos setores populares urbanos contra as políticas econômicas e sociais da ditadura militar no período de seu declínio; d) é um dos primeiros estudos acadêmicos a focar a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica em apoio aos movimentos sociais. Por fim, é o primeiro trabalho a abordar (embora sem uma interpretação específica) a superação da centralidade do PCB no cenário da esquerda baiana.

Franklin Oliveira Júnior, ativista sindical e militante do PT baiano, defendeu, em 1993, sua dissertação **A usina dos sonhos – sindicalismo petrolero na Bahia, 1954-1964**. Diferentemente da tendência geral dos estudos sobre o movimento operário, desenvolvidos nos anos 70 e 80, a pesquisa do autor se concentrou na fase da história do movimento sindical brasileiro caracterizada pelas complexas relações do mundo do trabalho com o chamado

“estado populista” e pela posição destacada do PCB em seu interior. Investigando tais relações com uma objetividade pouco comum em outros estudiosos de semelhante extração política, o estudo de Franklin contém uma narrativa histórica consistente sobre a trajetória daquele que foi, por décadas, o mais importante sindicato de trabalhadores do Estado da Bahia. Seu estudo revela também aspectos da modernização econômica e social da Bahia no pós-guerra, no âmbito da qual a implantação da indústria petroleira convivia problematicamente com processos “asiáticos” de exploração da força de trabalho, os quais constituíam o impulso fundamental do movimento organizado dos trabalhadores da refinaria de Mataripe. Naquela Bahia estudada por Oliveira Júnior, o principal estado produtor de petróleo no Brasil de então, o movimento sindical dos petroleiros ocupava uma posição estratégica no bojo das relações entre os governos da chamada “república populista” e o movimento operário. Sua apreciação pelo autor pretende oferecer elementos para uma compreensão mais aprofundada das relações do último governo “populista”, o de João Goulart, com o movimento sindical. É Oliveira Júnior o primeiro historiador a apresentar o sentido autocrático e repressivo adquirido pelo golpe civil-militar de 64 em terras baianas, mediante o relato da escalada persecutória que se abateu sobre as lideranças sindicais da refinaria de Mataripe nos dias que se sucederam ao golpe de primeiro de abril. Seu trabalho acadêmico é também o primeiro a indicar, ainda que pontualmente, o aparecimento de outras correntes de esquerda, como a Ação Popular e a Política Operária, além do PC do B, nos ambientes políticos da esquerda baiana do início dos anos 60.

A segunda geração de estudos sobre o movimento operário e as esquerdas baianas se conclui com o trabalho de Joaci Cunha, **Amargo açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo baiano**, defendida no Mestrado em História da Ufba, em 1996. Não obstante seu título, a narrativa de Joaci Cunha concentra-se na análise da atuação do Partido Comunista (PCB) junto ao movimento sindical dos canavieiros baianos. Este trabalho, fortemente inspirado pela polêmica político-partidária, reintroduz na historiografia baiana a perspectiva interpretativa que fez da apreciação crítica da atuação dos comunistas no movimento operário um dos fundamentos da reivindicação de um sindicalismo autônomo e autêntico, impermeável às tentativas de cooptação pelo Estado e intransigente na confrontação com o

“peleguismo”, tido como instrumento da política de “conciliação de classes” no âmago do movimento operário. A divulgação deste estudo se deu no contexto do início do processo de redefinições programáticas que caracterizaram as inflexões políticas conhecidas pelo Partido dos Trabalhadores após a derrota de seu candidato nas eleições presidenciais do ano de 1994. Seu pano de fundo foi o acirramento da confrontação interna entre a tendência dominante no interior deste partido (a “Articulação”) e algumas correntes de ultra-esquerda, como a Convergência Socialista e a Causa Operária, que culminou com a expulsão destas do PT e a formação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e do Partido da Causa Operária (PCO) nos meses subseqüentes. O estudo de Cunha é orientado desde o início por uma hipótese fundamental: a de que o PCB executou essencialmente uma política de subordinação da classe operária à burguesia no movimento sindical, exceto no interregno denominado pelo autor de “intervalo radical” dos anos 1948-1953. Exemplo de uma abordagem da história condicionada pelos temas do debate político-partidário, a narrativa de Cunha se baseia em um espectro bastante limitado de fontes, interpreta a atuação sindical do PCB mais em função da formulação política geral do partido do que do registro da implementação efetiva de sua política no movimento sindical e dá pouca importância aos condicionantes objetivos da atuação do partido na conjuntura, como a clandestinidade e a repressão política sofrida por seus militantes, a correlação de forças vigentes na política brasileira e o posicionamento da sociedade, em particular dos trabalhadores, em face das propostas comunistas. Trata-se de uma dissertação elaborada para comprovar uma hipótese, para a qual certas mediações entre o componente subjetivo do processo histórico, representado pelo PCB, e sua dimensão objetiva, a realidade social, adquirem importância relativa.

O estudo de Silvio Cezar Benevides, **Proibido proibir – uma geração na contramão do poder**, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Ufba no ano de 1999, inaugura, por assim dizer, um novo ciclo de estudos sobre as esquerdas e os movimentos sociais na Bahia ao longo do século XX. Basicamente, o caráter fundador de seu trabalho decorre da concentração de sua atenção na atuação da juventude baiana no enfrentamento das políticas educacional e cultural do regime militar instaurado pelo golpe de 1964. Ele inaugura uma geração de estudos que terá na observação do

movimento estudantil o foco da análise dos movimentos de resistência à ditadura, ainda que, mais tarde, tal resistência tenha se desdobrado em outras formas de luta, como a confrontação armada (caso das organizações de guerrilha estudadas por Sandra Silva) ou os movimentos populares de massa (caso do PC do B investigado por Andréa Santos). Pessoalmente desvinculado de compromissos orgânicos com a esquerda, Benevides avalia com independência crítica as sintonias e assincronias existentes na relação desta tendência política com os valores da cultura juvenil dos anos 60 e 70, suas definições em face dos debates culturais da época e sua interlocução com a juventude baiana daqueles anos de uma maneira geral. Iconoclasta, contribui para a demolição de certos mitos acerca da universalidade do engajamento e da conscientização política dos jovens das décadas estudadas, em contradição com a suposta apatia e “alienação” dos jovens atuais, oferecendo um mapeamento bastante significativo não só na perspectiva de uma sociologia da juventude, mas também de uma “História Social dos Jovens”.

O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70 foi o título da dissertação submetida por Antonio Eduardo Oliveira a uma banca do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, em janeiro de 2002. Ex-ativista estudantil, destacado militante político e dirigente do Partido da Causa Operária, Eduardo Oliveira nos oferece os resultados de uma pesquisa sociológica clássica. Os pontos altos de seu trabalho são a análise do processo de reorganização do movimento estudantil baiano, após a escalada repressiva que se seguiu ao AI-5, e sua aceleração no bojo do processo da abertura política, bem como a radiografia das estruturas organizativas deste movimento e das concepções sociopolíticas e valores professados e partilhados por alguns de seus militantes. Sua relevância para os estudos acerca da história das esquerdas baianas seria maior, no entanto, se o autor houvesse dedicado uma atenção mais sistemática à atuação dos partidos e correntes políticas da esquerda (aliás, mencionados por ele liminarmente no corpo do trabalho) no interior do ME. Seria uma oportunidade importante de apreciar o processo de diversificação das alternativas políticas oferecidas no campo das esquerdas, com a entrada em cena de novas tendências políticas como a *Libelu* (Liberdade e Luta), ao lado das já tradicionais como o PCB, o PC do B e os remanescentes da Ação Popular.

A dissertação de José Alves Dias, **Manifestações contra o Regime Militar na Bahia 1964-1968**, defendida em 2001, aprofunda e amplia a apreciação do impacto provocado pelo golpe de Estado de 1964 em terras baianas, em particular no interior do estado. Estudo essencial da historiografia política baiana recente, a investigação de Alves Dias narra as mobilizações de massa, protagonizadas, principalmente, por secundaristas e universitários baianos nos anos que sucederam imediatamente ao triunfo do *putsch* de abril, relacionando-as ainda com as cassações dos mandatários e legisladores que se opuseram ao golpe ou que apenas estavam associados diretamente ao governo anterior, bem como ao significado da nova ordem política instaurada pelos governos militares na redefinição do sistema de poder no Estado da Bahia. Trata-se de um estudo de História Política em seu sentido clássico, elaborado por um historiador sem militância político-partidária, no qual as intervenções de personagens e forças políticas do campo da esquerda, ou de liderados por estas, ocupam uma posição não desprezível.

A dissertação de Aldrin Castellucci, **Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia**, defendida em 2001, representou um retorno aos estudos sobre o mundo do trabalho e, em particular, sobre a classe operária na Bahia da República Velha, dezenove anos após o estudo de José Raimundo Fontes. A pesquisa de Castellucci não se limitou a focar os acontecimentos da grande paralisação de junho de 1919, mas empreendeu uma investigação bastante acurada do contexto histórico-social no qual se situou o antes citado movimento. Utilizando um estilo narrativo solidamente documentado e, em geral, conceitualmente seguro, o autor, antigo quadro político de formação trotskista, reconstituiu as características fundamentais da sociedade soteropolitana das duas primeiras décadas do século XX, retratou a constituição e a composição ocupacional da classe trabalhadora, os aspectos essenciais de suas condições de existência, seu processo organizativo e seu posicionamento com relação às diferentes forças políticas que disputavam o comando da política baiana.

Evitando uma abordagem simplificadora acerca dos supostos êxito ou fracasso do movimento paredista de 1919, Castellucci analisou a greve tanto do ponto de vista de seus ganhos econômicos concretos – alguns deles, diga-se de passagem, de efêmera ou nula efetivação segundo o próprio autor –, mas principalmente do ponto de vista de sua significação como momento

de acúmulo de forças, avanços organizativos e aprofundamento de definições ideológicas que influenciariam o posterior desenvolvimento do movimento operário baiano. Chama também a atenção, em termos historiográficos, sua sugestão de superar as limitações dos enfoques estritamente regionais, tradicionalmente adotados nos estudos sobre o movimento operário baiano, de modo a atentar para a existência de conexões e articulações supra-regionais tanto organizativas quanto político-ideológicas; possibilidade exemplificada pelo autor nas alusões ao relacionamento existente entre os movimentos dos portuários de Salvador e do Rio de Janeiro, bem como na influência que anarquistas, socialistas e “amarelos” da então capital federal desempenharam sobre a cristalização de tendências congêneres no movimento sindical baiano.

Faltou, contudo, ao estudo de Aldrin Castellucci, uma interlocução com as interpretações, a respeito da formação da classe operária e a estruturação de suas ações de resistência, disseminadas ao longo da última década pelos discípulos e leitores de Edward Palmer Thompson na historiografia brasileira. Associado a este silêncio teórico e metodológico, o autor não investigou a contribuição aportada pelas tradições culturais de resistência dos trabalhadores negros baianos ao movimento operário e sua possível determinação da singularidade da configuração do movimento operário no Estado da Bahia.

A dissertação de mestrado **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)**, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Ufba, em fevereiro de 2003, por Antônio Maurício Freitas de Brito, integrante do Partido dos Trabalhadores e ex-militante do movimento estudantil, nos oferece, de forma pioneira, uma abordagem cuidadosa da reação da comunidade universitária baiana, em particular professores e estudantes, às alterações da ordem político-institucional provocadas pelo movimento militar de 1964. Tendo se apoiado fundamentalmente em três conjuntos de fontes – os livros de “Atas do Conselho Universitário”, as matérias publicadas na grande imprensa baiana e os depoimentos de participantes e testemunhas dos processos enfocados –, ressentiu-se o trabalho das dificuldades em complementar o corpo documental fragmentário e lacunar, de que dispôs o pesquisador, com o recurso às fontes “alternativas”, como os inquéritos, processos policiais, relatórios e memorandos produzidos pelos órgãos de segurança pública, de avantajada atuação naquela época de exceção. Ressalte-se, no entanto, que tal deficiência decorreu, em larga medida, da

indisponibilidade do acervo documental mencionado, no Estado da Bahia, o que fixou limites rígidos à ampliação e aprofundamento do conhecimento histórico da dinâmica sociopolítica baiana no período estudado. Homem de partido, Freitas Brito evitou priorizar a investigação das controvérsias entre as diferentes correntes político-partidárias em atuação no movimento estudantil da Ufba no período estudado. Fazendo de seu trabalho uma versão historiográfica das investigações de Benevides e Eduardo Oliveira sobre o ME baiano nos anos do autoritarismo militar, atingiu, no entanto, à face de seus objetivos, do rigor de sua pesquisa e da posterioridade frente aos trabalhos citados, uma realização mais abrangente de que as de seus antecessores.

Ousar lutar, ousar vencer – histórias da luta armada em Salvador (1969-1971) é o título da dissertação de Sandra Regina Barbosa da Silva, que passou em revista a quase totalidade da bibliografia sobre a História do Brasil e da Bahia no período mencionado, examinou os jornais, revistas e demais publicações da época e, mais de uma vez, ultrapassou as divisas do Estado da Bahia em busca de fontes primárias nos arquivos públicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, necessárias à execução de seu estudo. A pesquisa de Sandra Silva baseou-se ostensivamente nas informações obtidas junto aos arquivos dos órgãos de segurança policiais e militares, disponibilizados nos arquivos públicos dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como no Centro Edgar Leuerenroth da Unicamp (Fundo Brasil Nunca mais). A leitura desta documentação foi cotejada com entrevistas realizadas com participantes, simpatizantes e outras testemunhas contemporâneas dos processos de resistência armada ao autoritarismo no período da pesquisa, proporcionando uma compreensão abrangente sobre o imaginário político, a formação teórica (ou a ausência desta) e as motivações pessoais daqueles que participaram da resistência política e militar ao regime de exceção.

A dissertação de Sandra Silva tematiza os processos de organização, atuação e desarticulação das três organizações político-militares que tiveram implantação na cidade de Salvador nos anos 1969-1971, a saber, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Todas essas organizações, na Bahia, estruturaram-se como decorrência das divisões experimentadas pela maior organização da esquerda brasileira da época, o PCB, principalmente em sua base estudantil. Tais

organizações, que no plano nacional protagonizaram ações de grande envergadura no enfrentamento dos órgãos de repressão política da ditadura brasileira, empreenderam ações armadas também na Bahia, como o assalto ao Banco da Bahia do Bairro da Liberdade, praticado pelo PCBR, o tiroteio que ceifou a vida do sargento Valder Xavier de Lima, além da tentativa frustrada, porque detectada pelos órgãos de segurança, do seqüestro do côsul dos Estados Unidos na capital baiana, todas no mesmo ano de 1970. Mas foi o MR-8 o responsável pelo episódio mais espetacular da resistência armada em solo baiano, com a transferência para este estado do ex-capitão do exército Carlos Lamarca, um dos principais símbolos da guerrilha brasileira, e sua companheira Iara Iavelberg. O processo de perseguição, captura e execução deste ex-militar constitui um dos momentos mais dramáticos da história brasileira daqueles anos, tal como o atestam a bibliografia dedicada ao tema e a obra cinematográfica “Lamarca” do diretor Sérgio Resende.

Situada na interseção da História Social com a História Política, a investigação de Sandra Regina inaugura uma geração de estudos que tem na atuação dos novos atores políticos, surgidos da fragmentação orgânica do PCB nos anos 60 e da decomposição de seu monopólio no campo das esquerdas, o tema privilegiado de suas elaborações historiográficas.

Quando de sua emersão à vida legal, no ano de 1985, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) apresentava-se como a mais importante formação política da esquerda soteropolitana de inspiração “marxista-leninista”. Suplantando em influência, número de militantes e representatividade social seu grande concorrente no campo da política comunista, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o PC do B baiano possuía, como em nenhum outro lugar do Brasil, credenciais para reivindicar a condição de legítimo continuador da tradição sociopolítica emanada da constituição histórica do PCB-SBIC (Partido Comunista do Brasil – Seção Brasileira da Internacional Comunista), fundado em 1922, cuja denominação completa fora estabelecida quando de sua admissão à Internacional Comunista (Terceira Internacional) em 1924. Tal centralidade adquirida pelo PC do B constituiu, provavelmente, um dos alicerces fundamentais para a sobrevivência, afirmação e crescimento orgânico deste partido político, uma das poucas dissidências comunistas do mundo, juntamente com o Partido Comunista da Índia-Marxista e o Partido Socialista Popular da Dinamarca, a ultrapassar em expressão político-social as suas matrizes partidárias.

É conhecida a fixação com que os comunistas, ao longo do século XX, se aferraram ao princípio da legitimidade de origem de suas agremiações. Baseando-se na premissa estaliniana (que não encontra respaldo em Marx e nem em Lênin) de que a classe operária, na condição de totalidade social unificada em seus interesses históricos, apenas comportaria a existência de um partido revolucionário, a liderança política do PC do B tem reproduzido, ao longo das últimas quatro décadas, a versão de que o seu partido – “reorganizado” em 1962 como resposta a uma alegada desfiguração, reformista primeiro, revisionista depois, do PCB – seria a continuação fidedigna do Partido Comunista edificado no Brasil a partir do ano de 1922. Esta narrativa tem sido colocada à prova pelas investigações históricas cujos resultados não lhe têm sido favoráveis.

A dissertação de Andréa Cristiana Santos, **Ação entre amigos – história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)**, defendida no Programa de Pós-graduação em História Social da Ufba, em agosto de 2004, investigou pioneiramente o processo de construção histórica do PC do B em terras baianas, como se sabe, um *locus* privilegiado de sua projeção na política nacional. Suas revelações são elucidativas: a dissidência partidária que conduziu à formação do PC do B, no plano nacional, não se fez notar na Bahia até a estruturação do primeiro coletivo partidário desta organização no ano de 1965. Outra constatação desmistificadora: distante da realização de suas aspirações ao monopólio da representação da vanguarda revolucionária dos trabalhadores, o PC do B baiano foi, até pelo menos o ano de 1973, data que estabelece o limite histórico da investigação de Cristiana Santos, um partido eminentemente “pequeno-burguês” (para usar conceituação comum entre os “marxistas-leninistas”), sendo integrado basicamente por estudantes da Universidade Federal da Bahia, ainda que alguns (poucos) deles possuíssem origens operárias e camponesas. Violentemente atingida pela voragem repressivo-ditatorial dos anos 1971-1973 (juntamente com outras organizações de ultra-esquerda então estruturadas na cidade de Salvador, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro e aquela que seria então a sua coirmã, a Ação Popular), a sobrevivência orgânica do PC do B e sua retomada do trabalho de massas nos anos posteriores a 1973 dependeram, profundamente, da incorporação às suas fileiras de expressivo número de militantes provenientes da AP. Ironia das ironias, os quadros oriundos desta

organização, que teve suas origens na esquerda estudantil católica e cuja inserção social praticamente se limitava aos estratos intermediários e mesmo elevados da população soteropolitana, seriam, nos anos subseqüentes, os principais responsáveis pela ampliação da interlocução do Partido Comunista do Brasil com os setores populares da cidade do Salvador, mediante iniciativas, como o Trabalho Conjunto, desencadeadas em meados da década de 70.

Outra realização desta demolidora de mitos é demonstrar a pouca consistência da orientação político-militar do PC do B. As precariedades orgânicas reveladas pela investigação das estruturas (ou falta delas) partidárias desta organização na Bahia naquele período, além do artesanismo de seus métodos de atuação – diga-se de passagem, independentemente da dedicação, da coragem e até do heroísmo de muitos de seus militantes –, conflitavam com as proclamações de seus documentos acerca da solidez organizativa e da força do aparato partidário. Por isto, a “revolucionarização”, proclamada pelo partido em seus documentos dos finais dos anos 60, pouco passou de um estímulo à iniciativa revolucionária de seus militantes e à ampliação dos processos clandestinos utilizados pelo partido, em detrimento de um aprimoramento efetivo da formação política de seus militantes. E é como desdobramento desta inconsistência que a autora investiga o significado, para a sua militância baiana, do engajamento do PC do B na guerrilha rural do Araguaia. Quadros sem preparação militar prévia e não submetidos a um processo rigoroso de recrutamento foram deslocados para a região da guerrilha com base, fundamentalmente, em sua própria disposição de se integrarem àquele movimento e pela circunstância de se encontrarem sob ameaça de encarceramento e tortura pelas forças repressivas da ditadura brasileira. Distante, portanto, da prioridade verbal concedida à Guerra Popular nos documentos oficiais do PC do B, a arregimentação dos combatentes baianos para a experiência do Araguaia foi pautada na improvisação e no subjetivismo que acabariam por acarretar o desaparecimento de 11 militantes da Bahia naquela guerrilha perdida, o maior contingente entre todos os estados da federação brasileira.

No que se refere à prospecção e utilização das fontes, foi também elogiável o empreendimento da autora. Para além de um vasculhamento persistente dos fundos documentais dos antigos órgãos de segurança pública e repressão política, atualmente acervados e disponibilizados em arquivos

cariocas e paulistas, a autora realizou com êxito uma tarefa de grande dificuldade: obter depoimentos de militantes e ex-militantes do PC do B baiano. Tendo se deslocado para o Estado de São Paulo e para Brasília, Andréa Santos teve de vencer a resistência daqueles que, perseguidos, por vezes aprisionados e torturados no passado, fizeram de seus conhecimentos sobre a vida partidária um segredo indevassável. Mas também precisou estimular o interesse pela cooperação de ex-dirigentes e militantes que, afastados do PC do B ao cabo de processos desgastantes de luta interna e dissidência política, mostraram-se avessos à rememoração de um passado marcado pela desilusão e pelo trauma. Enfrentou também a dificuldade em perscrutar a história de uma organização política que optou por alicerçar sua autolegitimação em narrativas mais afeitas aos processos de proselitismo político e persuasão “ideológica” do que à possibilidade de comprovação documental.

É, por fim, um trabalho de investigação original e valioso que tematiza, pela primeira vez e sem constrangimentos extra-acadêmicos, os primórdios na Bahia daquela força que, na condição de ator privilegiado da política progressista baiana, apesar de seus equívocos e de suas tendências à mistificação histórica, tem aportado uma contribuição não desprezível ao esforço pela edificação de um Brasil mais republicano e menos desigual.

CONCLUSÃO

Em suma e como conclusão provisória, os estudos sobre as esquerdas, e os movimentos sociais diretamente influenciados pela ação destas, prosseguem em seu desenvolvimento, constituindo na atualidade uma das áreas mais freqüentadas da produção historiográfica recente no Estado da Bahia. Temática desafiadora e multifacetada, sua apreensão antepõe aos investigadores flexibilidade e imaginação na busca da solução dos problemas engendrados pela dificuldade do acesso às fontes e pelo caráter fragmentário e incompleto das séries documentais disponíveis. Campo de estudos potencialmente controvertido, demanda de seus pesquisadores objetividade analítica e esforço de familiarização com as perspectivas, o linguajar e a visão de mundo produzidos e cultivados por organismos e indivíduos formados na contramão dos valores da cultura política hegemônica. Mas demanda, sobretudo, a compreensão de sua existência como fenômeno incontornavelmente referido

à realidade histórico-social circundante, cujo entendimento adequado e capacidade de apresentação de alternativas pertinentes são as condições últimas de sua legitimidade.

THE POLITICAL HISTORY OF LEFT BAHIAN: A HISTORY UNDER CONSTRUCTION

ABSTRACT

This paper intends to review the academic production dedicated to the study of the left Bahian parties and political organizations, as well as of the social movements influenced by them along history. The paper begins with some methodological considerations concerning the definitions, presupposed theoretical-conceptual and challenges associated to the development of this slope of the historiography production of Bahia.

KEY-WORDS: *Historiography. Left parties. Political Parties. Social Movements.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, S. C. S. **Proibido proibir – uma geração na contramão do poder.** 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1999.

BRITO, A. M. F. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969).** 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2003.

CASTELLUCCI, A. **Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia.** 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2001.

CHILCOTE, R. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1972.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CUNHA, J. **Amargo açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo baiano.** 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1996.

DULLES, J. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

_____. **O comunismo no Brasil (1935-1945).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ESPIÑEIRA, M. V. **O Partido, a Igreja, e o Estado nas Associações de Bairros**. Salvador: Edufba; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.

FONTES, José Raimundo. **Manifestações operárias na Bahia – 1888-1930**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1982.

OLIVEIRA, A. E. A. de. **O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2002.

OLIVEIRA Jr., F. **A usina dos sonhos** – sindicalismo petroleiro na Bahia: 1954-1964. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996.

SERRA, S. **O Momento: história de um jornal militante**. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1987.

SANTOS, A. C. **Ação entre amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2004.

SILVA, S. R. B. da. **“Ousar lutar, ousar vencer”**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2003.

VAZQUEZ, P. S. **Intervalo democrático e sindicalismo** – Bahia 1942-1947. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1986.